

## O GOLPE DE 1964: A VITÓRIA E A VITÓRIA DA DITADURA\*

Paulo Alves de Lima Filho\*\*

### Resumo

Este trabalho procura estabelecer uma síntese do período histórico que se inicia com o golpe de Estado civil-militar de 1964 e vai até nossos dias. A economia política do imperialismo norte-americano e as transformações políticas e econômicas ocorridas nessa época no Brasil, sob a sua influência, mostram-nos a vitória das forças ditatoriais. A evolução particular da sociedade brasileira sob estas condições e as da crise econômica global iniciada em meados dos anos 70, seguidas pela sua incompreensão teórica pelas forças socialistas e democrático-populares, conduziram o país a uma séria e inesperada involução de sua vida republicana.

### Palavras-chave

Ditadura e democracia no Brasil; complexo industrial-militar; controle social do capital; via particular de transição ao capitalismo; sociedade pós-capitalista.

### Abstract

*This work intends to establish a synthesis of the historical period that begins with the civil-military putsch of 1964 until our days. The political economy of the USA imperialism and the political and economic transformations occurred in Brazil in this period under its influence show us a victory of dictatorial forces. The particular evolution of the Brazilian society under these conditions and the global economic crisis started in the middle 70s, followed by its theoretical misunderstanding by the popular-democratic and socialist forces, drove the country towards a serious and unexpected involution of his republican life.*

### Key-words

*Dictatorship and democracy in Brazil; military-industrial complex; fall of social control of capital; particular way of capitalist development; post-capitalist society.*

O golpe de Estado de 1964 está para a sociedade brasileira como o episódio decisivo de uma grande guerra, em que um dos campos conquista vitória decisiva, obrigando as tropas inimigas a iniciar retirada estratégica. Esta terminaria sob as ruínas de seu centro de poder, a partir do qual se imaginava conquistar o mundo. O golpe não foi desfecho de uma exclusiva guerra doméstica, mas episódio de um conflito maior, a se desenrolar nos campos do vasto mundo, no qual desempenhávamos um papel mínimo, quase insignificante. Potencialmente, entretanto, constituíamos a possibilidade de virmos a ser a mais forte democracia latino-americana a aceitar o desafio de abrir-se à emancipação política e social dos trabalhadores – acompanhada, assim, da possibilidade da afirmação da emancipação econômica capitalista da nação. Abatido em pleno vôo, o capitalismo brasileiro viu, com o golpe, assumirem o poder as forças pró-imperialistas que estiveram em estado de insubordinação civil permanente desde que foram apeadas do poder, em 1930 (com interregnos pacíficos) e, de forma aberta, no período que se inicia no pós-guerra.

Liquidavam-se, desse modo, as condições políticas, econômicas, sociais e institucionais alimentadoras do projeto de um capitalismo aberto a graus crescentes de participação política das massas assalariadas, assim como à eliminação dos complexos socioeconômicos da miséria. Estes (tais como a questão agrária, urbana, educacional e assim por diante) estavam na mira de reformas apontadas a reverter o quadro da subordinação econômica acelerada após o suicídio de Getúlio Vargas e o governo Juscelino Kubitschek.<sup>1</sup>

Se na dança jusceliniana a burguesia no Estado, assim como a criada por este, já cedera em seu ímpeto autonomista – nunca radical –, abraçando-se alegremente às forças entreguistas, a emergência popular apresentava matrizes ideológicas de um democratismo popular, nacionalista e de um reformismo burguês com tinturas insubordinadas. A emergência deste bloco burguês-popular dava-se sob crescente influência de uma intelectualidade bem mais à esquerda, cujos grupos, equipes e partidos pressionavam por graus decisivos de autonomia nacional, a começar pelo salto à expansão definitiva de um sistema universitário capaz de abrigá-los e fornecer-lhes os meios materiais de trabalho e, desse modo, ampliar seus quadros e implementar suas pesquisas. A intelectualidade orgânica a esse processo emancipador contrastava fortemente com a timidez ideológica dos políticos burgueses e constituía-se em estamento insubstituível para a conquista de patamares crescentes de autonomia nacional. A arte, a cultura, a ciência e a educação eram, nitidamente, a ala esquerda deste processo – embora extremamente bem comportada, em que, no máximo, vibrava um Iluminismo burguês velho de séculos, já realizado nas revoluções burguesas radicais, tais como a inglesa, a francesa ou a norte-americana.

Tal possibilidade, porém, já era um escândalo para os limites ideológicos do padrão imperialista e do seu bloco entreguista nacional. E grande o suficiente para mobilizar os

meios de comunicação e o reacionarismo beato do catolicismo burguês, força auxiliar e de massas, para uma cruzada contra as supostas transformações atéias e comunistas.

O golpe de Estado de março de 1964 veio coroar a evolução da assim chamada Revolução de 30, transformando-se em momento decisivo do desfecho do processo da revolução brasileira, questão historiográfica central desse período,<sup>2</sup> moldando-a ao padrão imperialista do capital mundialmente dominante.<sup>3</sup> Solução histórica a passar às classes trabalhadoras a plena responsabilidade tanto pela realização das tarefas históricas que as burguesias e sua revolução não realizaram (e nunca mais realizariam) assim como daquelas outras, específicas à sua emancipação enquanto classe. Ou seja, sua emancipação significaria a libertação de toda a sociedade.

Ignorando a questão da particularidade da constituição e evolução do capitalismo brasileiro, as forças da insubordinação viam-se apanhadas na armadilha da eternização da contra-revolução burguesa, de tal forma que finalizamos o século XX e iniciamos o seguinte sob a égide da catástrofe republicana, da plena vitória dos objetivos da ditadura.

#### *A evolução do capitalismo: ascensão e queda do controle social do capital*

O processo de constituição das sociedades do e para o capital apresenta-se marcado por ingentes lutas sociais. As vicissitudes da democracia bem o ilustram. Na transição a cada uma das suas formas históricas e em cada uma delas, as relações entre estamentos e classes conferiu ao capital, nas várias regiões e áreas do globo – em especial a Europa e suas colônias –, dinâmicas e características próprias.

A história nos diz que a democracia não é um atributo inalienável das sociedades do capital. Esta, em sua longa evolução através de pelo menos metade do último milênio, soube muito bem conviver com diferentes graus de despotismo e formas de exploração do trabalho. Do mesmo modo, a despeito de profissões de fé de uma certa vertente liberal, sua afirmação histórica até os dias atuais deu-se através de perene extermínio sistemático dos povos e classes, em especial a dos explorados, assalariados ou não, por meio das guerras e vários níveis de pauperização e suas conseqüências.

Nas duas últimas etapas históricas de sua evolução, estas sociedades observaram profundas transformações nos padrões de sua reprodução social, em especial a política. Na etapa que vai dos fins da Segunda Guerra Mundial até os anos 80, nos assim chamados “30 gloriosos”, momento em que se encerrou o curto século XX, as esperanças de universalização da democracia resultaram infundadas. Apesar das terríveis provações dos povos da América Latina, o terror imperial dos Estados Unidos e seus aliados nativos (ou

não) foi inexorável e sistematicamente liquidando, um após outro, os arroubos democráticos e pela autodeterminação nacional de seus povos. Universalizaram-se as ditaduras civil-militares sob as asas do apoio norte-americano. Algo semelhante ocorria na Ásia e África, em luta pela independência nacional, sob a forma de verdadeiras guerras formais abertas contra seus povos.

A *guerra fria*, denominação desta fase, face universal desse processo, cobrou um preço idêntico e decisivo aos povos das sociedades pós-capitalistas, impedidos de avançar no controle democrático da reprodução social e, logo mais, em grande medida devido a isto, condenados ao retrocesso capitalista.

A democracia (como forma civilizada de expressão legal das contradições oriundas da reprodução da sociedade do capital) permaneceu praticamente restrita à Europa Ocidental e Estados Unidos. O imperialismo, enquanto forma histórica de expressão da hegemonia global do capital financeiro nos marcos das potências ocidentais, mostrou-se compatível com os vários graus de democracia de suas nações, desde que as aspirações socioeconômicas básicas de seus respectivos assalariados nativos estivessem suficientemente atendidas, nos limites da nação, deixando-os desocupados de quaisquer veleidades revolucionárias.

Horrorizados pela barbárie a que haviam sido submetidos nas duas primeiras guerras mundiais e nas várias escaramuças que as precederam e sucederam – assim como pelas imensas privações físicas, sociais, culturais e econômicas derivadas da crise incontida que as desencadeara –, os povos europeus e suas elites mais lúcidas decidiram pôr cobro à plena liberdade do capital (do financeiro em primeiríssimo lugar), teorizando e realizando uma nova forma de sociedade, agora sob a égide de um supercapitalista coletivo, um super-Estado, o *Estado do bem-estar social*.

Este, por sua vez, voltava-se a limitar, na medida do possível, os ímpetos suicidas e genocidas do capital financeiro, enquanto atendia aos crescentes interesses sociais dos trabalhadores e suas famílias. A economia política keynesiana romperia com os dogmas liberais neoclássicos: transformaria o Estado capitalista em força pública para o capital, econômica, política e social a mais poderosa, destinada a peitar o capital financeiro privado, condená-lo a uma civilidade pacífica (no que respeitasse às outras potências), assim como ao atendimento das essenciais necessidades da reprodução da força de trabalho assalariada. O preço desta ousadia foi a expansão incontornável da face imanente a este Estado, a militarista, consubstanciada no grande e fundamental negócio do principal bloco industrial capitalista, o complexo militar-industrial.<sup>4</sup>

A crise mundial, entretanto, cujo ponto de inflexão costuma-se datar em 1974, veio esfacelar esta configuração estatal.<sup>5</sup> Sob a crise, tornar-se-ia sobremodo impossível o fun-

cionamento capitalista deste Estado, o que recolocaria em voga o Estado liberal dos neoclássicos, o retorno à barbárie da qual brevemente se evadira. A crise liquidou as possibilidades de o capital público impedir a realização dos desígnios privados maiores e exclusivos do capital financeiro.<sup>6</sup>

Igualmente, as sociedades pós-capitalistas, sob o peso de suas próprias contradições, vergaram-se em definitivo ao capital e à subordinação ao núcleo financeiro mundial. Operou-se em todo o mundo um imprevisível, vasto e assustador retrocesso social; instaurou-se a repauperização global com incrível rapidez.<sup>7</sup> A política do *status quo* deixava de acarretar proteção crescente ao trabalho: por toda parte, impunha-se, como lei imanente, a desproteção, a destituição de direitos, a perda da soberania dos Estados nacionais. As forças políticas que o sustentavam se enfraqueceram, o que permitiu à direita clássica exercitar o engodo do discurso salvacionista. O capitalista coletivo, em primeiro lugar nos Estados Unidos, foi desarmado de seus poderes sociais anteriores e passou a ser adestrado na servidão aos interesses privados do capital dominante.<sup>8</sup>

Perdia, então, a roda da política seus dentes sociais e passava a girar em falso, fazendo com que a retórica do bloco das políticas públicas também perdesse substância. O reinado do capital passava, então, a realizar-se com vários níveis mundiais de liberdades civis e formas democráticas, simultâneo ao descalabro do terror econômico (e bélico) ininterrupto. Este, por sua vez, contava com instituições mundiais reitoras de sua fiel aplicação (FMI, Bird, etc.), em torno das quais concertam-se as políticas econômicas e sociais.

Esse real parlamento do capital financeiro, sob a batuta norte-americana, ergueu-se como o quinto e mais poderoso poder, ao lado dos quatro outros (os clássicos três poderes mais a mídia). O 11 de setembro, ao desamarrar as mãos da direita militarista, imprimiu tom e ritmos mais dramáticos a este processo.<sup>9</sup>

Na América Latina, ao girar em falso, a política nacional esvaziou-se de substância democrática a política, já que, no plano econômico e social, regem absolutos os interesses privados. Deste modo, democraticamente, a Argentina foi destroçada, liquidada econômica e socialmente.<sup>10</sup> O que fazer?

*Ditadura e pós-ditadura: crise econômica, economia política  
e a democracia da miséria*

A função normativa de todas as vertentes da economia política visa a formular políticas econômicas aptas, no seu entender, a garantir as melhores condições possíveis à acumulação ampliada do capital, assim como a autodeterminação nacional desses Estados.

No capitalismo, necessariamente uma sociedade de classes, tais políticas econômicas alteram as relações entre estas, assim como entre os Estratos dos quais elas se compõem. A vertente neoclássica atualmente dominante nas esferas decisivas do capital é, em máxima medida, uma ideologia específica do capital financeiro ou monopolista. Seus dogmas teóricos – ao excluírem radicalmente de seu horizonte as relações sociais e, assim, a história e seu processo –, do mesmo modo que as crises, instalam a mercadoria e sua realização como objeto exclusivo de seu catecismo. Para esse credo e para todo o sempre, o tempo histórico é o das mercadorias – e, portanto, do capital e do capitalismo. Expressa-se, politicamente, como vertente específica do liberalismo; suas políticas econômicas visam a garantir a máxima liberdade possível ao capital, condição essencial para que o grande herói desta ideologia, o capitalista (no caso atual, as corporações), possa realizar suas opções econômicas, aprioristicamente definidas como as mais racionais possíveis.

Este é o quadro genérico e sucinto da escolástica dominante. Não à-toa ela se adapta perfeitamente às necessidades de expansão e domínio absoluto, nos planos nacional e internacional, do capital financeiro.

Após um breve e conflituoso reinado da macroeconomia de matriz keynesiana, do após Segunda Guerra Mundial até os anos 90 do século passado, os postulados neoclássicos da microeconomia voltaram a dominar absolutamente a teoria acadêmica e os meios de comunicação – ambos, em grande medida, extensões do poder monopolista –, assim como a maioria dos legislativos e executivos das Repúblicas burguesas em todo o mundo.

Incapazes de permanecerem sendo os capitalistas coletivos mais poderosos, os Estados (as classes e estratos, burgueses ou não, que os controlam) – seja o das Repúblicas mais ricas e dominantes, imperialistas, ou aqueles que ousaram, no século passado, promover a industrialização de seus países, enfrentando a fúria das potências monopolistas (ex-colônias do capital ou impérios arrebatados revolucionariamente por seus miseráveis) – soçobraram em sua missão keynesiana, supostamente socialista, de estabelecer controle sobre o capital financeiro (e, genericamente, sobre o capital, em particular aquele vinculado ao complexo bélico).

A crise geral capitalista, ao impor-se desde meados dos anos 70, enfraqueceu fatalmente os assim chamados Estados do bem-estar social e do pós-capitalismo e, conseqüentemente, as forças interessadas em controlar a insânia do capital e capazes de redistribuir a riqueza produzida, fazê-lo funcionar, na medida do possível, longe de guerras com outras potências – manietando o seu braço nuclear. Voltaram a se impor as forças do capital financeiro da matriz industrial-militar, incluídas as das mais antigas facções monopolistas, conhecidas pelo seu aguerrimento colonialista e belicista, cuja expressão maior é aquela do petróleo e derivados, membro de proa do complexo energético, ao lado da facção nuclear, em geral sob tutela direta dos militares. A reprodução social sob o capital voltava a ter, no complexo industrial-militar, nas condições da crise econômica mundial, um de seus eixos mais dinâmicos – aliado à taxa decrescente de utilização das mercadorias, agora mais do que nunca necessária, também, como instrumento anticíclico.<sup>11</sup>

Desatadas as amarras políticas que atavam o novo bloco dominante do capital financeiro, este passou, celeremente, a completar a obra deste, já iniciada desde o imediato pós-guerra, mas com trajeto mais universal e eficaz a partir dos anos 60. Esta situação polarizou decisivamente as burguesias do mundo, encadeando-as aos desígnios globais do núcleo reitor monopolista e seus Estados, com os Estados Unidos à cabeça, potência econômica e bélica dominante.

Gerava-se uma quase unanimidade burguesa, a qual plasmaria a reprodução política do sistema mundial, oferecendo-nos pelo mundo parlamentos quase monocromáticos e monoglotas, nos quais o avanço das forças conservadoras era notório. Estas, quase unânimes na desmontagem das amarras do capital, para que este, em luta por sua reprodução sob crise geral, pudesse desatar seu terror contra os assalariados, obrigando-os a pagar o preço máximo possível pela crise. À desvalorização global da força de trabalho e supressão dos fundos públicos antes destinados à sua reprodução seguiu-se a política como apêndice do dogma econômico da economia política. A democracia política deveria, portanto, servir ao terror econômico contra os proletários.

Nas sociedades pós-capitalistas, desaparecida a forma específica de controle do capital, a maior parte das forças mundiais vinculadas a esta empreitada arrojava-se em genuflexões ao capital, ao financeiro em particular, definitivamente conciliada com o capitalismo. Transmutadas tais forças, ao lado dos conservadores tradicionais, em novos teólogos da ordem, concorriam decisivamente para o emparedamento da rebeldia popular, cujas antigas raízes anticapitalistas de seu solo histórico passariam a dar frutos envenenados. Deste modo, novos e velhos adeptos da ordem burguesa construíram, solidários, a forma política específica desta etapa da dominação do capital, a *democracia contra os assalariados*, ou da *política antidemocrática*.

Diga-se: da política pela política, seccionada a sua esfera que mergulhava e nutria-se da expansão dos direitos dos trabalhadores e dos Estados nacionais contra os interesses dos capitais dominantes das potências mais poderosas.

Nos capitalismos da miséria da América Latina, sucedeu-se ao terror pleno das ditaduras civil-militares (em geral iniciadas nos anos 60, sucessoras de um processo de sedição branca das forças conservadoras desde o pós-guerra) uma ordem política restauradora dos plenos direitos civis, mas grávida de monocórdia complacência com o terror econômico burguês e seu séqüito de reformas. Com exceção do processo venezuelano, os demais países apresentam-se sob este figurino.

Triturados e devidamente espanados pelas ditaduras, os núcleos políticos rebeldes à dominação imperial da antiga ordem política, os nacionalistas, seus aliados democrata-populares e os anticapitalistas, todas as forças da ordem (inclusive aquelas autodenominadas de esquerda e mesmo socialistas) podem, agora, refestelar-se em suas respectivas variantes de unanimidade capitalista. Enquanto a seiva da legitimidade e do voto popular vivificarem os novos ramos e os destroços dos antigos troncos políticos, outrora rebeldes à ordem imperialista, estes sobreviverão como fantasmas a assombrar o século XXI, personagens maiores da desqualificação da política aos olhos do povo, perplexo e desesperançado. A democracia ofertada promove o ambiente para a perpetuação da miséria, uma *vera democracia da miséria*.

*A opção política da política econômica e a economia política no Brasil do PT –  
Completa-se um ciclo: a mensagem aos pósteros*

A crisálida de democracia burguesa, sob sua forma específica no capitalismo da miséria brasileira, completa sua evolução. Com a entronização de Lula no Poder Executivo, o antigo projeto da democracia dos estudantes e sindicalistas enfim chega ao poder e diz de si a que veio.

Não veio para contestar os fundamentos econômicos da ordem nacional, tampouco internacional. Não veio para emancipar as maiorias do poder do capital nem a nação das garras do capital financeiro. Veio para, timidamente, ousar emancipar o capitalismo nativo de algumas de suas limitações, emancipá-lo de si mesmo, para seu livre vôo, enfim liberto de atrasos, *através* da dominação nacional e internacional do capital financeiro.

Nosso Messias não veio negociar nossa liberdade, levar-nos à nossa terra ancestral, onde, enfim, seríamos livres. Nosso presidente veio melhor acomodar-nos nos duros assentos da estação da miséria, propondo-se, pelo menos em palavras, saciar nossa fome.



O que não conseguirá, dadas as limitações que circunscrevem a fome entre as determinações da miséria deste capitalismo: miséria e fome como dimensões totalizantes da forma histórica.

A democracia dos estudantes e sindicalistas, advinda sem a ruptura da ordem ditatorial, através de uma Constituinte dominada pelo grande capital, pelos grandes proprietários de terras, pelos interesses monopolistas nacionais e internacionais, desdobra, enfim, sua última página, aquela que escondia o projeto do maior partido de oposição dentro da ordem. Neste seu lance culminante, desvenda a ousadia dos novos donos do poder. E esta não passa de ser o projeto da *subordinação com face humana*.

Como São Paulo, nosso Messias verbera desejos redentores dos pobres dentro e através da ordem poderosa das mercadorias, definitivamente reconciliado com ela. Como todos os pequeno-burgueses, quer melhorá-la, convencê-la, através de sucessivas perorações públicas, a não ser tão exclusivista, classista, horrorosamente miserável. Não passa de ser um liberal-popular, convencido de que um outro capitalismo é possível, em que todos sejam irmãos e um mínimo de dignidade e igualdade seja plausível. Quer refundar o capitalismo monopolista em bases mais sociais, ou seja, menos miseráveis. Este liberalismo cristão, travestido de socialista e popular, veio, de fato, *reformular a ordem burguesa para o capital financeiro*, para lhe dar melhores condições de reprodução dentro de sua ordem mundial e nacional conflagrada. Ao empenhar-se para afastar deste os temores da revolta dos miseráveis – sempre latente nesta situação de crise, haja vista o que já ocorre entre os insubordinados hispanoamericanos –, pensa ganhar seu reconhecimento sob a forma de migalhas dos superlucros transformadas em políticas sociais compensatórias da miserabilidade necessariamente mantida. Entretanto, mesmo tal ensejo é questionável.

Àqueles fora do pacto hegemônico restam os intermináveis anos da solidão da espera.

#### *A vitória e a vitória da ditadura*

Em recente entrevista a um canal universitário, por motivo do golpe de 1964, respondi à pergunta final sobre os resultados da ditadura dizendo que esta fora plenamente vitoriosa. Entretanto, convém explicar-me, pois me faltou o tempo necessário naquele programa.<sup>12</sup>

No plano mundial, a economia política de guerra dos Estados Unidos tinha vários objetivos interligados. Destinava-se a liquidar um certo bloco político que impedia, desde 1930, a consecução de seus objetivos maiores, quais sejam, transformar o Brasil em espaço econômico apêndice da estratégia de hegemonia mundial, em particular no Cone Sul da

América Latina. Transformar a economia brasileira em campo de expansão segura das corporações norte-americanas é, *per se*, objetivo estratégico maior. Para tanto, havia que pulverizar as forças nacionalistas, anticapitalistas e democráticas, aliadas na estratégia de conquista da autodeterminação econômica, social, cultural e política do país. Este objetivo foi realizado a contento; igualmente, a transformação da economia brasileira em plataforma das corporações norte-americanas, capazes de ter, no país, complexos industriais estratégicos, subsidiários e complementares àquela.<sup>13</sup> Este é o caso do complexo industrial-militar brasileiro, momento maior da autodeterminação bélica do país, incapaz, por si só, de conquistar a plena autodeterminação econômica e política da nação, vindo a tornar-se simples peça da divisão internacional do trabalho do complexo mundial das indústrias de guerra.<sup>14</sup>

O objetivo de trituração política dos seus inimigos estratégicos permitiu que pudessem florescer nos ramos tradicionais do bloco popular galhos complacentes com a subordinação planejada pela superpotência do capital financeiro mundial. A industrialização em marcha forçada, por sua vez, ao construir definitivamente as complementaridades industriais necessárias a um parque industrial maduro e contemporâneo, preparou as bases para a etapa seguinte, cumprida à risca pelos governos que se sucederam a Sarney.

A nova unanimidade capitalista, em torno dos postulados e exigências do capital financeiro – em que se destacam os carros-chefe da dívida externa e estabilidade monetária –, e do norte-americano em decisiva instância, vem, desde então, promovendo a adequação da economia nacional a uma função satelitizada, desde sempre desejada. Não se poderia pensar em vitória mais estrondosa da ditadura.

#### *A economia política debate-se*

Daí que a alquimia proposta por Buarque<sup>15</sup> ao governo Lula seja impensável. A ausência de tensão ideológica entre a academia e as forças conservadoras observada por ele<sup>16</sup> deriva exatamente da impossibilidade dessa alquimia. Ou seja, ainda que teoricamente seja possível pensar na vigência de uma economia política neoclássica para tratar com afagos o capital financeiro e garantir uma redistribuição popular do orçamento sobrando, na realidade, ambos os momentos encontram-se definitivamente casados. Abrir esta brecha no dogma imperial seria peitar os aliados da base governista, promover uma política social e econômica de enfrentamento das forças capitalistas exclusivamente desejosas de ambiente econômico favorável a elas, ou seja, que garanta o máximo de rendimento para seus capitais. Seria fazer o que o atual ministro da Educação condenava no governo Chávez.<sup>17</sup>

Os economistas, em geral incapazes de apreender a transformação social, prisioneiros da história, acreditam poder escapar às determinações solidárias, específicas entre a economia e a política nas plagas brasílicas.<sup>18</sup> Juram publicamente que é possível ao governo Lula safar-se da herança maldita deixada pelo governo anterior, seja para reavaliar a política de redistribuição da renda, seja para relançar o desenvolvimento com outro modelo macroeconômico,<sup>19</sup> ou reafirmar a preeminência da nação para um outro capitalismo<sup>20</sup> e mesmo fazer tudo isso nos marcos dessa aliança, desse pacto “capaz de dar ao país ‘força econômica, política e militar’”.<sup>21</sup>

Mentes brilhantes e insuspeitas das atuais hostes governistas ousam ir mais além da alquimia buarquiana, escapando ao economicismo reinante, ao propor verdadeira revolução keynesiana, de caráter popular, de “vigorosa ação republicana e democrática”.<sup>22</sup> Tal saída política do imbróglio econômico pressupõe a possibilidade de autotransformação do atual governo, aliada à crença na viabilidade histórica de um capitalismo keynesiano-democrático. Essa possibilidade de mutação está implícita também em intelectuais de outras áreas do saber.<sup>23</sup>

A perplexidade com a nova ortodoxia econômica<sup>24</sup> – que se abate preferencialmente sobre os economistas e dirigentes políticos e se plasmou com a crença, prévia às últimas eleições, em possível ruptura com o FMI e seus dogmas econômicos<sup>25</sup> – deve-se à impossibilidade de estes compreenderem, em primeiro lugar, a política como momento determinante das políticas econômicas e, depois, da transformação social para além das formas históricas das sociedades do capital, ou seja, as políticas anticapitalistas com sentido anticapital, ainda que sob a férula deste (já que não se pode eliminá-lo por decreto, mas, sim, constrangê-lo até sua desapareção, através da construção de uma sociedade cujo centro já não seja exclusivamente o mundo das coisas).

É difícil, enfim, para os teóricos da ordem conceber que a saída histórica para os povos da América Latina, depois da experiência das ditaduras e das reformas neoliberais, seja a da ruptura com a ordem,<sup>26</sup> já que, de fato, o governo Lula é simplesmente um interregno entre um e outro governo orgânico à ordem mundial das finanças.<sup>27</sup> Mesmo os que concebem um governo alternativo como devendo ser popular e contra os ricos parecem não estabelecer relação entre o modo apressado da concepção e execução das reformas governistas e a *impossibilidade de outro capitalismo para o bloco da ordem*.<sup>28</sup>

Eis o drama. *A ordem não se concebe fora dos marcos da complacência com a estratégia da subordinação*. É correto dizer-se que há uma crise de projetos, de destino para o Brasil (e não só, como vemos pela experiência das reformas pela América Latina afora).<sup>29</sup> Entretanto, eis que a realidade local e global impõe pensar-se fora dos marcos do capital.<sup>30</sup>

As forças determinantes da ordem reduziram ao máximo a fabricação de mercadorias teóricas para uma nova ordem capitalista insubordinada. O declínio do império e dos seus apêndices aproxima-se da tragédia.<sup>31</sup>

Eis que estamos diante da vitória e da vitória da ditadura. A ordem entoava, em quase uníssono, o cântico dos escravos. Daqueles que não lutam para libertar-se, que não atravessam o deserto sob o comando de um Messias, que nem sequer ousam dizer que são escravos. Daqueles que adentraram as portas do inferno e rumam, impávidos, para os seus círculos cada vez mais profundos.

*Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004*

### Notas

\* O título é uma paráfrase do conto de Jorge Amado, “A morte e a morte de Quincas Berro D’Água”, do livro *Os velhos marinheiros*.

\*\* Professor do Departamento de Economia da Unesp/Araraquara e diretor-geral do Ibec – Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos.

<sup>1</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo, Boitempo, 2003, cap. IV.

<sup>2</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Grafia, 1997.

<sup>3</sup> Afirma o autor: “a ‘revolução burguesa’ no Brasil não se deu pela burguesia nacional, mas pelo capital monopolista. (...) É o imperialismo que tem o papel hegemônico e realiza os papéis dos prussianos ou então da dinastia Meiji. O capital estrangeiro moderniza, mas, ao mesmo tempo, retira da modernização o seu conteúdo e sentido revolucionário. E com isso temos uma sociedade que pode avançar no sentido do desenvolvimento capitalista, mas raramente pode associar esse desenvolvimento capitalista a uma democracia que estenda a todos as liberdades fundamentais dos cidadãos, as garantias sociais. (...) a esquerda não incorporou esta questão fundamental”. FERNANDES, Florestan. Constituinte e revolução (Entrevista.) *Revista Ensaio*, São Paulo, Ensaio, n. 17/18, pp. 136-7, 1989.

<sup>4</sup> PERLO, Victor. *Militarismo e indústria*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

<sup>5</sup> MANDEL, Ernest. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo, Ensaio, 1990.

<sup>6</sup> O’CONNOR, James. *USA: a crise do Estado capitalista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

<sup>7</sup> LIMA FILHO, Paulo Alves. “A emergência do novo capital”. In: IANNI, O.; DOWBOR L. e RESENDE, P. E. (orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1998.

<sup>8</sup> MAGDOFF, Harry. *Imperialism without colonies*. New York, Monthly Review Press, 2003.

<sup>9</sup> CHOMSKY, Noam. *9-11*. New York, Seven Stories Press, 2001; MOORE, Michael. *Cara, cadê o meu país?* São Paulo, Francis, 2004.

<sup>10</sup> BORON, Atílio. *A coruja de Minerva*. Rio de Janeiro/Petrópolis, Vozes/Contraponto/Clacso, 2001.

<sup>11</sup> MÉSZÁROS, István. *Beyond capital*. New York, Monthly Review Press, 1995, ch. V: “The decreasing rate of utilization under capitalism”.

<sup>12</sup> LIMA FILHO, Paulo Alves e ALMEIDA, Lúcio Flavio Rodrigues (entrevista). Programa “Café com ciência”: *Tempos de chumbo – aniversário do golpe de 64*. TV Unicsul, 2004.

<sup>13</sup> TAVARES, Maria da Conceição e TEIXEIRA, Aloísio. A internacionalização do capital e as “multinacionais” na indústria brasileira. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, n. 29, 1982; FIORI, José Luis. “Introdução: depois da retomada da hegemonia”. In: FIORI, J. L. e MEDEIROS, Carlos (orgs.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis, Vozes, 2001, p. 29.

<sup>14</sup> LIMA FILHO, Paulo Alves. *A economia política do complexo industrial-militar: o caso do Brasil*. 1993. Tese de doutorado apresentada à Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, cap. V; CONCA, Ken. *Manufacturing insecurity: the rise and fall of Brazil's military-industrial complex* Boulder. Lynne Rienner Pbls, 1997, Part 2.

<sup>15</sup> “Falta ao núcleo do poder petista inspirar um novo projeto para o país. Combinar o pragmatismo do equilíbrio financeiro no curto prazo com a ideologia histórica do longo prazo. Desestancar a revolução.” BUARQUE, Cristovam. A revolução estancada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A-3, 15 jun. 2004.

<sup>16</sup> BUARQUE, Cristovam. (Declarações.) In: CONSTANTINO, Luciana. Cristovam contesta documento da Fazenda. *Folha Online*. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/folha/Brasil/ult96u55890.shtm>, acessado em 28 nov. 2003.

<sup>17</sup> “O grande erro de Chávez foi ter subestimado as instituições e a sociedade. Ele não entendeu que a política passa por mediações, pela negociação.” GENRO, Tarso. Ex-prefeito de Porto Alegre denuncia a “radicalização” de Hugo Chávez. *Le Monde*, Paris, 4 dez. 2003.

<sup>18</sup> “Não estamos de forma nenhuma condenados à estagnação e ao desemprego. Mas ilude-se quem imagina ser possível melhorar a vida dos brasileiros sem abandonar o modelo econômico herdado do governo anterior. A herança é mesmo maldita. Continuará-la pode ser fatal para o governo Lula. Para o Brasil, a sua continuação significará provavelmente uma terceira década perdida em termos de desenvolvimento.” BATISTA JR., Paulo Nogueira. Presente de 1º de maio: desemprego. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 abr. 2004.

<sup>19</sup> CINTRA, Marcos Antonio. O abutre e sua gaiola. *Planeta Porto Alegre*. Disponível em: <[http://desempregozero.org.br/entrevistas/o\\_abutre\\_e\\_sua\\_gaiola.pdf](http://desempregozero.org.br/entrevistas/o_abutre_e_sua_gaiola.pdf)>, acessado em abr. 2004.

<sup>20</sup> “(...) não compartilho da idéia de que havia uma herança maldita em macroeconomia”. BENJAMIN, César. A verdadeira herança maldita. (Palestra.) Rio de Janeiro, UFRJ, 4 dez. 2003. A mesma noção encontramos em outro artigo do mesmo autor (co-autoria de Rômulo Tavares Ribeiro), Autonomia legal para o BC: uma tragédia anunciada. Disponível em: <<http://www.contrapontoeditora.com.br/docs/o5.dezembro%2003.doc>>, acessado em dez. 2003.

<sup>21</sup> DIRCEU, José. Brasil precisa de aliança político-empresarial. *Noticiário UOL*. Disponível em: <<http://www.uol.com.br>>, acessado em 6 ago. 2004.

<sup>22</sup> OLIVEIRA, Francisco. Empregos globais, desemprego nacional: os empregos do ornitorrinco. Fev. 2004. “(...) a construção da nação não está interrompida, está por (re)fazer a revolução burguesa, não está por completar, por meio da passagem a uma ‘ordem competitiva’”. TAVARES, M. C. “A propósito de um debate sobre globalização e socialismo”. In: TAVARES, M. C. et alii. *Globalização e socialismo*. São Paulo, FPAA, 2001, pp. 24-5.

<sup>23</sup> “Enfim, se em 2004 o governo se transformar no governo da mudança, se concretizar a prioridade do social, se sair do modelo neoliberal e iniciar uma nova era na história brasileira, terá vencido a esperança.” SADER, Emir. Um ano entre a esperança e o medo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 dez. 2003.

<sup>24</sup> BATISTA JR., Paulo Nogueira. As quatro transfigurações da ortodoxia econômica. *Agência Carta Maior*. Disponível em: <<http://www.rebelion.or/brasil/040403nogueira.htm>>, acessado em 23 mar. 2004.

<sup>25</sup> “Enquanto não sairmos da UTI e do hospital, caminhamos para a morte inexorável. (...) isto o Brasil só conseguirá fazer elegendo o candidato mais corajoso e ousado, o que está mais identificado com o povo e a Nação brasileira e mais comprometido com a causa de um Brasil livre, soberano, justo e autenticamente participativo.” ARRUDA, Marcos. O médico é o monstro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A-4, 2 ago. 2002.

<sup>26</sup> “A única política de esquerda é a da ruptura. (...) A nova política seria endossada pelo apoio popular e pela intervenção direta das pessoas no processo e no entusiasmo das novas gerações. Nesse ponto, ela seria uma ruptura com o ‘socialismo real’ e com um regime chinês. Logo, seria um caminho novo.” CHESNAIS, François. “Ruptura radical” é a saída para o Brasil, defende professor francês. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. Disponível em: <<http://www.portalpopular.org.br/politica2004/lula/lula-39.htm>>, acessado em 16 ago. 2004. É evidente que a solução do dilema do pós-capitalismo, aqui vislumbrada como questão de participação democrática das massas, é insuficiente.

<sup>27</sup> “(...) deixemos de falar de algo que não existe – e que a mídia costuma chamar de governo Lula –, para estudar com lupa e muita luta social o interregno assegurado por uma administração interina que em 2006 devolverá, civilizadamente, é claro, o poder aos seus donos, detentores do *copyright* do roteiro original acerca da plataforma de valorização financeira e exportação de *commodities* em que nos transformaram. Se é para reinventar, ou reencontrar a esquerda, está na hora de virar o disco.” ARANTES, Paulo. Não podemos excluir a hipótese de aniquilação recíproca. (Entrevista). *Brasil de Fato*, 1 jul. 2004.

<sup>28</sup> STÉDILE, João Pedro. Por um governo “contra os ricos”. (Entrevista.) *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 abr. 2004.

<sup>29</sup> “Não há uma crise política no governo Lula. Há uma crise de projetos na sociedade. Há uma crise de destino do Brasil.” Id., *ibid.*

<sup>30</sup> “(...) a questão do controle real de uma ordem alternativa do metabolismo social surgiu na agenda histórica, por mais desfavoráveis que fossem as suas condições de realização no curto prazo”. MÉSZÁROS, István. *O século XXI, socialismo ou barbárie?* São Paulo, Boitempo, 2003, pp. 105-6.

<sup>31</sup> “A questão é o que nos reserva o futuro. Do ponto de vista da tecnologia (...) talvez seja capaz de se adaptar ao novo ambiente e aprender a usar as enormes forças a sua disposição sem destruir a si mesmo. (...) o que não vejo com clareza é o futuro das relações políticas e culturais entre os seres humanos. Pois grande parte das soluções, grande parte das estruturas que herdamos do passado foram destruídas pelo dinamismo extraordinário da economia na qual vivemos.” Cf. HOBBSAWM, Eric. O novo século. (Entrevista a Antonio Polito.) São Paulo, Cia das Letras, 2000, p. 194. “A terceira fase, potencialmente a mais mortal, do imperialismo hegemônico global, que corresponde à profunda crise estrutural do sistema do capital no plano militar e político, não nos deixa espaço para tranqüilidade ou certeza” (MÉSZÁROS, *op. cit.*, p. 109).